



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

MENSAGEM Nº 075/2017-ALE

EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO,

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO comunica a Vossa Excelência que promulgou, nos termos dos §§ 5º e 7º do artigo 42 da Constituição Estadual, a Lei nº 4.011, de 28 de março de 2017, que “Dispõe sobre a criação da Delegacia Eletrônica de Proteção às Pessoas com Deficiência e Idosos - DEPPDI, e dá outras providências”, e encaminha cópia em anexo para a devida publicação no Diário Oficial do Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 28 de março de 2017.

**Deputado MAURÃO DE CARVALHO**  
**Presidente - ALE/RO**

RECEBIDO NA DITEL  
Em 29 / 03 / 2017  
Horas 08 : 25  
Por: Wernin





Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

**LEI Nº 4.011, DE 28 DE MARÇO DE 2017.**

Dispõe sobre a criação da Delegacia Eletrônica de Proteção às Pessoas com Deficiência e Idosos - DEPPDI, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO,**

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia decretou, e eu, nos termos dos §§ 5º e 7º do artigo 42 da Constituição Estadual, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. A Secretaria de Estado da Segurança, Defesa da Cidadania criará acesso no seu portal a Delegacia Eletrônica de Proteção às Pessoas com Deficiência e Idosos - DEPPDI, para apresentação de notícia de fato tipificado como crime contra pessoas com deficiência e idosos.

Parágrafo único. O acesso será nominado como DEPPDI - Delegacia Eletrônica de Proteção às Pessoas com Deficiência e Idosos e contará com atalhos nos portais eletrônicos da Polícia Civil e da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

Art. 2º. Por ocasião da apresentação da notícia do fato, o denunciante deverá preencher os campos do sistema, fornecendo seus dados pessoais.

Parágrafo único. Os dados pessoais serão confirmados para liberação de acesso ao portal, possibilitando ao denunciante a opção de se enquadrar como testemunha protegida, mantendo ou não seus dados em sigilo.

Art. 3º- A notícia do fato deverá ser circunstanciada e deverá conter:

I - Dados Pessoais:

a) Nome;

b) Sobrenome;

c) Estado civil;

d) Endereço completo;

Major Amarante 390 Arigolândia Porto Velho/RO.  
Cep.: 76.801-911 69 3216.2816 www.ale.ro.gov.br



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

e) Documento de identificação; e

f) Telefone.

II - Campos para denúncia:

a) data do fato e hora aproximada;

b) endereço - nome da rua, número, município, ponto de referência do local do ato ou fato tipificado como crime;

c) nome ou apelido do responsável pelo ato ou fato tipificado como crime;

d) breve relato sobre a denúncia;

e) qualificação da vítima: pessoa com deficiência física, pessoa com deficiência mental ou idoso;

f) dispositivo para anexar fotos ou vídeos;

g) endereço da página da *internet*, caso o próprio autor do crime faça a divulgação do ato; e

h) modelo e placa de veículo envolvido no delito, quando for o caso.

Art. 4º. A SESDEC comunicará ao interessado, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o registro da ocorrência e, quando for o caso, indicará a Delegacia de Polícia que promoverá a apuração do fato.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 28 de março de 2017.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO  
Presidente – ALE/RO

2

Major Amarante 390 Arigolândia Porto Velho/RO.  
Cep.: 76.801-911 69 3216.2816 www.ale.ro.gov.br

